

integra o procedimento concursal, homologada por Despacho de 17 de Agosto de 2009 do Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., é nomeado para o cargo de Direcção Intermédia do 2.º grau da Divisão de Gestão de Recursos Financeiros, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado Marcelo Fernando de Sousa Carreira.

A presente nomeação produz efeitos à data da homologação e fundamenta-se nos conhecimentos e experiência do ora nomeado, que se evidenciam na nota curricular, em anexo, em conformidade com o disposto no n.º 10 do artigo 21.º do citado diploma.

7 de Setembro de 2009. — O Vice-Presidente, *José Eduardo Fanha Vieira*.

Nota Curricular

Nome
Marcelo Fernando de Sousa Carreira

Formação Académica
Licenciatura em Economia pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa

Formação Profissional
“CIBE — Cadastro e Inventário dos Bens do Estado” realizado na Direcção-Geral do Património;
“Auditoria Financeira” realizado no Instituto Nacional da Administração, I. P.;
“O POCP e o encerramento e a Prestação de Contas” realizado pela NPF — Pesquisa e Formação, L.ª

Experiência Profissional
Desde 2008 — Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Financeiros do Instituto do Desporto de Portugal, IP, em regime de substituição;
Em 2006 — Técnico Superior Principal no Instituto do Desporto de Portugal, IP
De 2005 a 2006 — Técnico Superior Principal do GEP — Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
De 2002 a 2005 — Técnico Superior 1.ª Classe na DGAE — Direcção — Geral da Administração Extrajudicial do Ministério da Justiça
De 200 a 2002 — Técnico Superior 1.ª Classe no Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial
De 1995 a 2000 — Bolseiro e Técnico Superior de 2.ª Classe no Centro de Gestão de Tecnologia e Inovação, do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

202299164

Despacho (extracto) n.º 20973/2009

Nos termos constantes dos números 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e aceitando os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal, homologada por Despacho de 17 de Agosto de 2009 do Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., é nomeado para o cargo de Direcção Intermédia do 2.º grau da Divisão de Desporto Federado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado Paulo Jorge de Freitas Gonçalves.

A presente nomeação produz efeitos à data da homologação e fundamenta-se nos conhecimentos e experiência do ora nomeado, que se evidenciam na nota curricular, em anexo, em conformidade com o disposto no número 10 do artigo 21.º do citado diploma.

7 de Setembro de 2009. — O Vice-Presidente, *José Eduardo Fanha Vieira*.

Nota Curricular

Nome
Paulo Jorge de Freitas Gonçalves

Formação Académica
Licenciatura em Educação Especial e Reabilitação, pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa;

Formação Profissional
Curso para Treinadores de Remo (Grau 0);
Curso de Classificadores de Natação (*trainee*)
Seminário Internacional “Viver com diferença uma vida igual”;
VI Encontro Nacional de Educação Especial;
Jornadas Internacionais sobre Alterações do Desenvolvimento;
1.º Curso Regional de Avaliação Funcional e Classificação Desportiva;
A Ergonomia: Ciência e Tecnologia ao Serviço do Homem;
6.º Congresso Europeu do Desporto;

Metodologia do Treino na Deficiência Mental: Basquetebol e Atletismo;
Curso Permanente de Dirigentes Desportivos;
Seminário Internacional “Exercício e Saúde — Obesidade e Controlo de Peso. Problemas e Soluções.

Cargos e Experiência Profissional

Desde 2008 — Chefe de Divisão de Desporto Federado, em regime de substituição

De 2003 a 2009 — Técnico Superior no Instituto do Desporto de Portugal, I.P, integrando a Direcção de Serviços das Actividades Desportivas — Divisão de Desporto para Todos e, posteriormente, o Departamento de Desenvolvimento Desportivo — Divisão de Desporto Federado;

De 2002 a 2004 — Técnico desportivo na Direcção Técnica Nacional da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, desempenhando no Departamento Técnico nacional as seguintes funções:

Adjunto do Director Técnico Nacional;
Apoio Técnico à Alta Competição;
Apoio ao funcionamento e actividades do departamento técnico nacional;
Apoio ao Projecto Atenas 2004 — Plano de preparação e de participação Paraolímpica;

Colaboração no Projecto de Marketing Desportivo. Superatleta Atenas 2004

De 1995 a 2002 — Prestou serviço na Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação da Região Autónoma da Madeira, como Técnico Superior, dando apoio ao Serviço Técnico Sócio-Educativo e Deficientes Profundos; ao Serviço Técnico de Educação de Deficientes Motores e ao Serviço de Motricidade Humana.

Outros cargos exercidos

Coordenador da 10.ª edição dos Jogos Especiais da Região Autónoma da Madeira;

Membro do Comité organizador local do Campeonato do Mundo de Basquetebol INAS-FID;

Vice-Presidente da Secção Regional da Associação Portuguesa de Psicomotricidade.

Adjunto do Chefe de Missão aos Jogos Paraolímpicos, Atenas 2004

Outras Actividades

Participação na elaboração de projectos legislativos, nomeadamente a revisão do “Regulamento de mergulho Recreativo” e a Lei relativa ao Desporto na Natureza;

Vogal da Comissão Técnica n.º 144 do Instituto Português da Qualidade, nomeadamente na sua subcomissão n.º 1, relativamente ao “Mergulho Recreativo”

Participação em Torneios e Jogos Especiais da Região Autónoma da Madeira, integrando as comissões organizadoras;

Técnico desportivo com participação em diversas provas regionais, nacionais e internacionais, nas modalidades de Atletismo, Boccia e Natação

Prefector da acção dirigida aos quadros técnicos e docentes, subordinada ao tema “Prevenção e Inclusão Social — Perspectivas”;

Prefector da acção dirigida aos funcionários do Centro Regional de Formação Profissional de Deficientes, subordinada ao tema “O Desporto e a Deficiência”;

Trabalhos e artigos Publicados (Extracto)

A Mudança de Paradigma na Concepção da Deficiência Mental, in Revista Integrar, n.º 9, de Dez/Jan/Fev/Março de 1996;

Deficiência Motora, in Semanário O Desporto Madeira, Jan/Fev 1998;

e-Desporto é desporto? Considerações conceptuais do enquadramento desportivo das competições de Video-jogos, in Revista Desporto, n.º 3-4/2004.

202299156

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Aviso n.º 16247/2009

O artigo 24.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), atribui ao Instituto Nacional de Estatística o apuramento do coeficiente de actualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento, o qual deve constar de aviso a ser publicado no *Diário da República* até 30 de Outubro.

Nestes termos, torna-se público, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, que o coeficiente

de actualização dos diversos tipos de arrendamento, para vigorar no ano civil de 2010, é de 1,000.

11 de Setembro de 2009. — A Presidente do Conselho Directivo, *Alda de Caetano Carvalho*.

202298524

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho n.º 20974/2009

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, e da alínea a) do n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, é promovido à categoria de ministro plenipotenciário de 2.ª classe da carreira diplomática o conselheiro de embaixada Francisco Pimentel de Mello Ribeiro de Menezes.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

10 de Setembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

202297658

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho n.º 20975/2009

Considerando o teor do relatório final da comissão de avaliação das propostas, subsequente à negociação final, do concurso n.º 1/2007, tendente à celebração do contrato de concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures, em regime de parceria público privada;

Considerando que o referido relatório final da comissão de avaliação das propostas, de 8 de Setembro de 2009, propõe a prática do acto de adjudicação ao concorrente escolhido após a fase de negociação e de autorização para a celebração do contrato de gestão, conforme previsto no n.º 1 do artigo 42.º do programa de Procedimento, condicionando-o, ao desenvolvimento e entrega até 23 de Novembro de 2009 dos estudos e projectos em conformidade com o estipulado no caderno de encargos, nos pareceres emitidos sobre os estudos agora apresentados, bem como no relatório final de avaliação das propostas da negociação, por aplicação da alínea b) do artigo 129.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;

Considerando, em particular, que os resultados da negociação traduziram uma melhoria da proposta final e que a parceria público-privada que se consubstancia na minuta de contrato de gestão e respectivos anexos revela economia, eficiência e eficácia face à alternativa de implementação do projecto directamente pelo sector público;

Considerando que existe para este contrato a correspondente inscrição orçamental no mapa XVII do Orçamento de Estado para 2009, aprovado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, permitindo assim garantir em termos globais a necessária suportabilidade financeira da contratação da parceria, com o necessário ajustamento nas rubricas orçamentais anuais;

Determina-se, com os fundamentos constantes do referido relatório da comissão de avaliação das propostas, e ao abrigo dos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 141/2006, de 27 de Julho, e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 43.º do programa de procedimento do concurso n.º 3/2004, o seguinte:

1 — A adjudicação da proposta do concorrente n.º 2, Agrupamento Consis Loures, e a autorização para a celebração do contrato de gestão condicionadas ao desenvolvimento e entrega até 23 de Novembro de 2009, dos estudos e projectos em conformidade com o estipulado no caderno de encargos, nos pareceres emitidos sobre os estudos agora apresentados, bem como no relatório final de avaliação das propostas da negociação, devendo o preenchimento dessa condição ser atestada por relatório elaborado pela comissão de avaliação de propostas, nos termos da alínea b) do artigo 129.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

2 — A aprovação da minuta do contrato de gestão e respectivos anexos e a prática de acto de autorização para a celebração do contrato de gestão ficam sujeitas à condição de verificação das versões finais da minuta do contrato de gestão e dos respectivos anexos, devendo o preenchimento

dessa condição ser atestada por relatório elaborado pela comissão de avaliação de propostas.

3 — A delegação da competência para celebrar o contrato de gestão no conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

4 — A indicação da Inspecção-Geral de Finanças como a entidade que exerce os poderes de fiscalização e controlo da parceria para as matérias económicas e financeiras e da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., através do seu conselho directivo, como a entidade que exerce os poderes de fiscalização e de controlo da execução da parceria para as demais matérias.

10 de Setembro de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

202298832

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 20976/2009

Por meu despacho de 01 de Setembro de 2009 e ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, salvaguardada a interrupção temporal ditada pela entrada em vigor da Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto, com a nova redacção que lhe é conferida Lei n.º 53-C/2006, de 29 de Dezembro, a licenciada Isabel Maria Vargas de Sousa Miguel Elias da Costa transita para o escalão 2, índice 770 na categoria de assessor principal, da carreira de técnico superior, com efeitos a 13 de Julho de 2005.

1 de Setembro de 2009. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

202304006

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho (extracto) n.º 20977/2009

Por despacho de 26 de Junho de 2009 do director-geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o Sargento-Ajudante L 268674 Jacinto Lopes Gomes, por um período de cento e oitenta (180) Dias, com início em 03Jul09, em substituição do 2.º Sargento L 257287 José Avelino Pires Salgueiro, para desempenhar funções de Adjunto do Chefe da Secretaria do Núcleo de Apoio Técnico de Angola, integrado no Núcleo de Apoio Técnico de Angola, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

20 de Agosto de 2009. — O Subdirector-Geral, *Mário Rui Correia Gomes*.

202302679

Despacho (extracto) n.º 20978/2009

Por despacho de 06 de Agosto de 2009 do director-geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o Major PILAV 095498-F João Miguel Ribeiro Conde, por um período de trinta e dois (32) Dias, com início em 29Ago09, para desempenhar funções de Assessoria Técnica no âmbito do Projecto n.º 2 — Instituto Superior de Ensino Militar, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

20 de Agosto de 2009. — O Subdirector-Geral, *Mário Rui Correia Gomes*.

202301552

Despacho (extracto) n.º 20979/2009

Por despacho de 26 de Junho de 2009 do director-geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série,